

André Landi  
Arthur Ramos  
Carlos Eduardo Andrade

A Escola de Minas de Ouro Preto: A sinergia

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Belo Horizonte  
Dezembro de 2015

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I O processo primeiro de urbanização em Ouro Preto .....	2
CAPÍTULO II A centralização da Escola de Minas enquanto articulador urbano..	4
CAPÍTULO III A Escola de Minas: preservação e produção de património .....	8
CONCLUSÃO .....	11
BIBLIOGRAFIA.....	12

## **INTRODUÇÃO - RESUMO**

O atual trabalho é um esforço preliminar na tentativa de compreender a importância das universidades na organização do espaço urbano, dando a devida atenção às especificidades do caso em questão, tendo como objeto de análise a Escola de Minas de Ouro Preto, instituição essa que estabelece, sobretudo a partir da transferência da capital da província mineira para Belo Horizonte, uma força centralizadora na conformação da cidade.

Como ponto de partida analisaremos o processo histórico de construção do tecido urbano de Vila Rica no século XVIII, auge do ciclo do ouro, a partir das relações entre o espaço e a economia colonial que permitiram o acúmulo de excedente, da política e a centralização da festa. e posteriormente os efeitos da crise da economia mineradora na estrutura da cidade a partir e da preservação do status de grande cidade devido a ser uma importante capital provincial.

Compreendendo o fenômeno de criação da Escola de Minas como projeto vanguardista de Dom Pedro II e Claude Henri Gorceix é possível ilustrar a revolução no ensino que permitiu a instituição ser reconhecida pela excelência. Derivasse de fatores essencialmente ligados a Escola de Minas a conformação do espaço da cidade que se reorganiza para permitir um novo modelo de ocupação estudantil e de reestruturação das construções visando atender novas finalidades.

A sobreposição do espaço histórico e do espaço acadêmico que dialeticamente permitem um fenômeno singular em que a existência da Escola de Minas ocupa os espaços históricos e paralelamente os preserva e os mantém conectados à sociedade, e cria patrimônio através da materialização das relações no espaço. A reestruturação da cidade de Ouro Preto permite assim a abertura do espaço a festa e a criação de vínculo de pertencimento através de um “espírito republicano” fruto do sinequismo universitário.

**Palavras chaves:** Economia, Ouro Preto, escola de minas, urbano, ocupação

**Tema:** 1. História Econômica e Demografia Histórica

## CAPÍTULO I – O processo primeiro de urbanização em Ouro Preto

O século XVIII foi literalmente o século do ouro para a província mineira. O rápido florescimento da economia aurífera teve efeitos múltiplos na organização espacial, tanto provinciana quanto colonial, tendo a cidade a precedido ao campo de forma a moldar um espaço urbano particular caracterizado pela sobreposições de processos sociais, políticos, econômicos e culturais no espaço.

Mesmo o fluxo migratório que se dava em direção às minas foi particular. Dadas as características dos metais preciosos que ali se encontravam inicialmente, destacando-se o ouro de aluvião (ouro extraído dos rios) de fácil extração, o espaço da mineração foi ponto de chegada de um corpo migratório bastante heterogêneo, visto que pela primeira vez a migração rumo à colônia não necessitava de grandes empreendimentos para ser realizada. Além disso, essa mesma característica propiciou aos escravos que trabalhavam na mineração uma possibilidade de libertação em níveis inéditos à colônia.

*A formação da região das Minas, atrai nos primeiros anos a essas terras toda espécie de gentes, antes o “marginal das cidades, o camponês, imbuído de muito menos preconceito, acostumado à convivência comunitária” que o “fidalgo”,<sup>18</sup> compondo uma sociedade, a princípio, em boa medida, anárquica, igualitária e onde o escalonamento não se divisava(MONTEMOR)*

Organizando-se em arraiais entremeados por esse fortíssimo fluxo migratório, pode-se dizer que a região mineradora marcou a primeira articulação macro-regional colonial. A estruturação de rotas de comércio e abastecimento nos caminhos que interligavam esses arraiais consolidou a institucionalização desse espaço que, com a complexificação das relações nele estabelecidas, sobrepunha sobre o espaço da produção o espaço da reprodução, sendo a dualidade campo-cidade reduzida à mineração.

*Do excedente coletivo, propiciado pela economia aurífera e retido em parte na afirmação do comércio, temos o elemento definidor da configuração cidadina, propiciando uma estratificação social que caracterizaria um estrato intermediário urbano, elemento chave da construção social do espaço. Não obstante, é preciso notar que a intensidade da economia urbana condiciona o fortalecimento de uma região complementar, “oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho”, necessária ao abastecimento desta economia setorializada; cenário que acaba por configurar uma rede urbana sem par na colônia até então, “tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc MONTEMOR*

É possível, a partir do que foi exposto no texto, perceber que a região mineradora passou por um processo de conformação espaço-social sem precedentes na colônia. A diversidade social ali encontrada e o forte fluxo migratório, aliados a uma espacialidade hermética em seu centro foram capazes de criar em Vila Rica, atual Ouro Preto, um tecido urbano pulsante, heterogêneo e riquíssimo em produção cultural. O barroco, expoente máximo dessa produção, é até hoje expressão dominante em Ouro Preto, sendo notado em todos os cantos, dada sua influência no conjunto

arquitetônico da cidade. Todos esses fatores ajudaram a fazer com que nascesse em Ouro Preto um senso de identidade, tanto mineira quanto nacional.

É importante ressaltar, neste ponto, que essa identidade mineira é constituinte de grande parte do que se percebe hoje como identidade nacional e assim se entender mais profundamente o sentido de “cidade histórica” e “patrimônio cultural” atribuídos às cidades que hoje se situam na região mineradora. Foi durante o século XVIII que se construíram a maioria dos hoje chamados Patrimônios Culturais das cidades mineradoras.

O encontro da região mineradora com o século XIX foi bastante diferente de seu romance com o século anterior. A decadência da economia mineira acabou agindo como desarticuladora de muitos dos movimentos apontados no texto. Aos poucos a dualidade campo-cidade retoma seu espaço, ao passo que o centro econômico da província lentamente passa a desenvolver aos arredores de São João del Rey. No entanto, a centralidade política da vida provinciana continua sendo onde hoje é Ouro Preto, e entorno dela se reorganiza a vida cotidiana na capital da província

No ano de 1897, em meio à derrocada economia aurífera, a capital da província mineira passa da então Vila Rica para Belo Horizonte, e os próximos capítulos do texto discutirão as consequências e possibilidades geradas pela transferência do centro político provinciano.

## **CAPÍTULO II – A centralização da Escola de Minas enquanto articulador urbano**

A cidade de Ouro Preto caminhava ao final do século XIX para uma organização urbana centralizada sob a estrutura e o aparato estatal. O status de Ouro Preto enquanto capital da província permitia a ela rogar uma série de privilégios e operar enquanto uma grande cidade, apesar do processo de desarticulação de seu tecido urbano vivenciado durante o período. Segundo o censo demográfico de 1872 a população total, incluindo homens livres e escravos, era de aproximadamente 50 mil habitantes (IBGE). Claramente em Ouro Preto os resquícios do excedente, da festa e da política se faziam existir através da centralidade provinciana e religiosa da mesma.

Ao início do ano 1872 surge a partir de uma iniciativa particular de Dom Pedro II esforços para iniciar um projeto visando conhecer e explorar os recursos naturais brasileiros. A partir de uma indicação do então recém-nomeado diretor da Escola de Minas de Paris e ex-colega do imperador na Academia de Ciências de Paris, Auguste Daubrée, foi assinado um projeto com Claude Henri Gorceix para organizar o ensino da mineralogia e geologia no país.

O processo de criação de uma Escola de Minas, não no litoral onde estavam estabelecidos os maiores centros urbanos, mas no interior do país e especialmente em Ouro Preto foi sobretudo uma decisão de Gorceix. O espaço sobre o qual a capital da província de Minas Gerais se situava era para o ensino a oportunidade vanguardista de um novo modelo de escola técnica e prática totalmente destoante do padrão de ensino da época, visto que a proximidade entre o centro de ensino e os centros mineradores permitiria aos estudos teóricos se aliaem com a prática (Carvalho, 2010).

A Escola de Minas oferecia um sistema de ensino científico amplo que a partir de um sistema de admissão rigoroso, carga horária integral de aulas, excursões periódicas a centros de minerações e a escolas como a Politécnica do Rio de Janeiro, número limitado de alunos por turma, e sobretudo pelo quadro de professores, buscava a máxima excelência da pesquisa e ensino (Carvalho, 2010). A tradição utilitarista e positivista europeia do século XIX trazida sobretudo por Gorceix e pelos docentes estrangeiros apontavam para uma organização da escola que possibilitou sua criação sob tais pilares de ensino, “a introdução da ciência no âmago da instrução popular”.

Nos primeiros anos da escola era inerente a organização espacial da cidade de Ouro Preto enquanto capital da província que o centro de ensino nascesse enquanto uma intuição pública periférica. Inúmeras dificuldades surgiram nesse período, sobretudo na captação de alunos e na alocação daqueles que terminavam seus estudos, tais obstáculos foram superados através de ações conjuntas do governo central e da província que acabaram tanto por criar um preparatório para o árduo

processo de seleção quanto por ser o principal empregador dos profissionais ligados a mineração e geologia (DEQUECH, p.648, 1946)

A partir da criação do preparatório e da ampliação do curso com a abertura de cadeiras ligadas a engenharia civil, é possível perceber o aumento no número de estudantes e no início da reorganização espacial de Ouro Preto enquanto cidade de excelência em ensino. A cidade passa a atrair alunos de origens diversas, majoritariamente do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul (Carvalho, 2010), nascem assim as primeiras residências estudantis e estabelecimentos visando atender as demandas tanto da Escola de Minas quanto dos estudantes.

A década de 1890 é para a Escola de Minas o período de maior alteração no papel da instituição, a transferência da capital para Belo Horizonte em 1897 e a Proclamação da República via golpe de 1889 possibilitam um fenômeno social-urbano em que a instituição de ensino, como último órgão público de excelência, passa a exercer função central na organização urbana, em substituição ao governo provincial para quem até então era atribuído tal função. São múltiplos os efeitos no tecido urbano e essencialmente na organização espacial, com a preservação das estruturas e construções mas com a reorganização da ocupação e finalidade dos mesmos, se observa em Ouro Preto um fenômeno singular na mutação da cidade, indo de capital da província à cidade estudantil.

A Escola de Minas, no início da década de 1890 já exercia papel preponderante na vida cotidiana da cidade, fato que se materializava nas relações sociais e na ocupação do espaço físico, sobretudo nas áreas centrais de Ouro Preto. As limitações do espaço físico, que ao mesmo tempo foram obstáculos para uma cidade-capital foram fundamentais para intensificar a função da Escola de Minas, permitindo uma sobreposição dialética entre o espaço histórico e o espaço acadêmico.

A materialização da centralidade da instituição de ensino na organização urbana é claramente percebida pela transferência da Escola de Minas para o até então Palácio dos Governadores, residência do governador provincial. A localização na então renomeada praça Tira-Dentes provocou reformas no conjunto arquitetônico e construções da região para comportar novas funcionalidades ao espaço. É fundamental compreender que a realização das relações sociais universitárias em um patrimônio histórico permitiram concomitantemente preservar o patrimônio e dialeticamente produzir patrimônio através dessa materialização no espaço.

A transferência da capital para Belo Horizonte é responsável, dentre diferentes processos, pela migração de pessoas e pela desocupação de imóveis diversos. É observado então, a partir do ano de 1987, os primeiros registros oficiais de repúblicas estudantis no Brasil, que descrevem um processo de reorganização do espaço através da ocupação tanto via doações quanto via invasão de construções abandonadas (Sardi, 2000). Contudo, o fenômeno singular à Ouro Preto constitui a união de um "espírito republicano", advindo da relação de compartilhamento do espaço internas as repúblicas, com o espaço à festa, aberto essencialmente pelas relações externas entre as dezenas de repúblicas, que permite a materialização do sinequismo universitário do ambiente (MORAES, 2011).

Ao fenômeno descrito a cima como “espírito republicano” entende-se o desenvolvimento de uma cultura própria de relacionamento e gestão das moradias (MORAES, 2011). Segundo Claudia Moraes, a constante renovação desse processo acontece devido a estrutura interna das ocupações:

*A tradição republicana ouropretana está sedimentada no princípio de soberania e democracia, na autogestão; nos estatutos que as regem, no caráter permanente da república no imóvel mantendo seus mobiliários e utensílios e a utilização comunitárias; no sistema pré-estabelecido de escolha dos futuros moradores da casa e a forma de incorporar os novos membros nas “confrarias”, na consideração que os membros das repúblicas tem pelos anciões oferecendo homenagens e mantendo sempre o contato, o uso de símbolos, placas ou escudo e a manutenção do nome original. (MORAES, 2011)*

Paralelamente, a interação entre as repúblicas permite a ocupação de fato do espaço. A construção de vínculos de fraternidade e pertencimento com as demais repúblicas e espaços acadêmicos, extrapolam para as demais áreas urbanas e através fundamentalmente da festa enquanto movimento de ocupação e de transgressão, com carácter de união e afirmação dos grupos, criasse identidade e o sentimento de pertencimento, singular em Ouro Preto devido a promoção via relações em última instancia académicas, ressaltando o poder do sinequismo universitário.

Para além da materialização das relações sociais no espaço é claro em Ouro Preto a materialização do conhecimento produzido pela Escola de Minas. A produção de máquinas como fornalhas e caldeiras, a criação de espaços como laboratórios e a alteração das construções tradicionais dentro de um processo de modernização proposto pela filosofia da instituição traduzem a concretização da ciência no espaço. Por fim, a Escola de Minas permitiu a manutenção do espaço histórico e tradicional, contudo sobrepondo o moderno das relações da escola e estudantes, convivendo harmonicamente no ambiente urbano, na cidade de Ouro Preto.

### **CAPÍTULO III – A Escola de Minas: preservação e produção de patrimônio**

Intervindo diretamente no espaço urbano da cidade, estão as políticas de preservação do patrimônio cultural, inseridas pelo governo de Minas. De acordo com Ribeiro (2015), essas políticas



se focam principalmente em duas prerrogativas: o foco na *praxis* do ambiente, isso é suas funções práticas tradicionais, e por outro lado a preservação de utilizações práticas, tais como saneamento e mobilidade. Porém, na visão de Lefebvre, o direito a cidade extrapola o escopo dessas políticas, uma vez que há uma indiferença institucional quanto a ocupação e prática do direito a cidade pelas populações locais. (ver citação)

Central para a compreensão do espaço urbano como personagem ativo na caracterização das sociedades, o direito a cidade é definido por Lefebvre da seguinte maneira:

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o “o urbano”, o lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte.” (LEFEBVRE, 2001a, p.117).

Essa visão lefebvriana pode levar a contradições quanto ao aspecto das chamadas “cidades históricas” de Minas, muitas vezes tratadas como um objeto de museu, estático e intocável. A visão representada pelo Estatuto das Cidades aponta em uma direção de isolamento do centro histórico, não sua integração ao dinamismo urbano contemporâneo. Essa abordagem já se mostrou ineficiente em outras localidades, levando a um abandono e conseqüente perda de identificação e importância da região “tombada”. Durante a decadência do ciclo do ouro e os processos que levaram a formação da república brasileira, diversas cidades de Minas sofreram esse processo de paralização temporal, com sua utilidade social sendo limitada pela falta de modernização estrutural. No caso de Ouro Preto, o ponto chave da mudança é a transferência da capital para Belo Horizonte, que provoca a saída das repartições e instituições burocráticas que dominavam o espaço urbano anteriormente.

Cidades tão ricas e diversas historicamente como Ouro Preto possuem um caráter duplo, de obra e produto, acentuando particularidades que vão além de fatos do passado, indo de encontro as características sociais e culturais puramente locais, como representações das estruturas de poder no espaço, que são alvos de muita atenção e controvérsia à medida que a natureza urbana criada pelo homem vai se transformando em “história”.

A Escola de Minas, tanto como instituição abstrata, como quanto localidade física, se insere no patrimônio de Ouro Preto por diversas vias, como exemplificamos no percurso desse artigo. A apropriação dos prédios públicos pelo ambiente universitário, seja para um ambiente acadêmico, seja para uma ocupação estudantil, sem que haja ruptura com o passado histórico, ou mesmo com a infraestrutura prática, é uma representação prática das ideias lefebvrianas em um ambiente de patrimônio histórico e cultural. A preservação desse patrimônio, já então histórico, para outros fins, é uma peculiaridade da cidade de Ouro Preto que apenas por si já teria mudado a cidade.

No entanto, a Escola de Minas guarda ainda um outro aspecto que transformou o espaço urbano de Ouro Preto: o seu sinequismo universitário criou diversas relações sociais novas, que puderam se manifestar amplamente com espaço deixado pela transferência da capital. A materialização dessas novas relações é um novo patrimônio histórico, ligado diretamente ao direito a cidade, e que pode ser sentido e visto até os dias atuais na UFOP, herdeira histórica da Escola de Minas. Essa criação de patrimônio explode para fora do ambiente acadêmico, alterando toda cidade dentro das possibilidades limitadas pelo patrimônio já existente anteriormente. Há uma forte identificação social e cultural no espaço físico utilizado pelos antigos alunos. As repúblicas quase centenárias não se apropriam do espaço histórico predatoriamente, muito pelo contrário são motivadas pelo urbano e se sustentam no mesmo sinequismo universitário que potencializou a Escola de Minas como o catalisador cultural urbano da cidade de Ouro Preto no início do século XX.

Para concluir, analisemos o relato de Ribeiro (2015) sobre divisão da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto:

“A forma como as disputas políticas de Ouro Preto tem se revelado nos últimos anos denotam uma tentativa de inclusão do direito à memória como direito à cidade em uma paisagem que, por ser hegemonicamente considerada como patrimônio cultural, teve seu senso comum construído como uma cidade que deveria permanecer “congelada”. Estas perspectivas se excluem, na medida em que uma “cidade congelada” perde o significado de uso e fruição para aqueles que a utilizam, confirmando a ótica excludente e parcelar em relação ao patrimônio urbano.”

O ressaltado do autor busca alertar para o descolamento entre as práticas urbanas e a relação com espaço urbano histórico, mostrando como a ânsia pela preservação espacial simples pode acarretar uma perda de utilidade generalizada, em um processo de apropriação da carga histórica em

detrimento da justiça social do direito a cidade.

## **CONCLUSÃO:**

Este artigo se propôs a analisar as transformações geradas no processo de urbanização de Ouro Preto, então Vila Rica, principalmente a partir do final do século XIX, com a instauração de um núcleo acadêmico no coração da cidade. Argumenta-se que a Escola de Minas, após a transferência da capital da província para Belo Horizonte, passou a ocupar papel central na vida cotidiana da cidade, sendo a materialização explícita desse fenômeno a transferência da Escola para o Palácio dos Governadores, que se situava em região central do espaço econômico e político da cidade. No entanto, existe uma especificidade, tanto neste trabalho, quanto na consolidação do urbano em Ouro Preto: O carácter histórico e de patrimônio cultural da cidade ouro pretana.

Sendo assim, este texto buscou também entender a relação que se fazia entre a cidade universitária e a cidade histórica que se sobrepuseram dialeticamente na região. Para isso foi feito um breve levantamento a cerca da história da urbanização de Ouro Preto. Posteriormente foi contemplado o nascimento da Escola de Minas e suas relações com a cidade, para que, no último capítulo do texto, fosse aberto o debate a respeito da cidade histórica e suas consequências sobre o direito à cidade, de modo a mostrar como a Escola de Minas teve papel na preservação desse patrimônio histórico sem retirar dele o direito à cidade.

Conclui-se então que Talvez, o elemento mais revolucionário da Escola de Minas tenha sido sua capacidade não só de preservar o espaço histórico, mas fazê-lo unindo-o ao espaço da vida cotidiana, criando um processo dialético de construção desse espaço e manifestando nele o direito à cidade de Lefebvre. Esperamos que revisões históricas trabalhos voltados ao público em geral possam servir como inspiração para se repense, institucionalmente, a utilização do espaço urbano como elemento integrador, que promove a festa, o encontro e a sinergia. Sem a devida atenção, o espaço urbano de Ouro Preto e o legado da Escola de Minas podem ser tratados como uma mera lembrança dessa utilização social em tempos passados.

## BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Dimensões do urbano: espaço e cultura nas Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em:

<<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/759>> Acesso em: 15/12/2015

DE CARVALHO, José Murilo. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010. Brasília:2011. Disponível em:

<[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/divisao\\_territorial/evolucao\\_da\\_divisao\\_territorial\\_do\\_brasil\\_1872\\_2010/evolucao\\_da\\_populacao\\_segundo\\_os\\_municipios.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_populacao_segundo_os_municipios.pdf)> Acesso em : 14/12/2015

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade, São Paulo: Centauro. 2001a.

MORAES, Claudia C. MIRANDA, Bruna P.. REPÚBLICAS ESTUDANTIS: A TRADIÇÃO COMO POTENCIALIDADE TURÍSTICA EM OURO PRETO. São Paulo:Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH , 2011 . Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300932593\\_ARQUIVO\\_REPUBLICASESTUDANTIS.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300932593_ARQUIVO_REPUBLICASESTUDANTIS.pdf)>. Acesso em: 15/12/2015

RIBEIRO, Claudio R. SIMÃO, Maria C. R. MEMÓRIA E DIREITO À CIDADE: POLÍTICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS DE OURO PRETO. Belo Horizonte: Anais do XXVI ENANPUR. 2015. Disponível: <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=670](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=670)> Acesso em: 15/12/2015

ZORRAQUINO, Luis D.. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DE SUAS METRÓPOLES . Rio de Janeiro: Programa para Análise de Revalidação de Diplomas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Historia e Teoria. UFRJ. 2004. Disponível em: <

<http://www.zorraquino.com.br/textos/luis-delgado-zorraquino/personales/a-evolucao-do-brasil.pdf>>

Acesso em: 15/12/2015